

Comunicado

Balanco Patrimonial - Hospital Regional do Vale do Paraíba - Sociedade Beneficente São Camilo

Sociedade Beneficente São Camilo
(Hospital Regional do Vale do Paraíba)
CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 2019 e 2018.
Taubaté, 08 de abril de 2020
A Diretoria

Balanco Patrimonial (em R\$1,00)			
	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	
Circulante (Ativo)			Circulante (Passivo)
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a) / 3 8.437.575,84	11.109.862,25	Fornecedores
Contas a Receber - Conv. e SUS	4 17.867.750,07	15.506.752,44	Obrigações trabalhistas
Outros Créditos	2.2 (c) / 5 226.069,52	753.681,78	Obrigações sociais
Estoques	2.2 (b) / 6 3.418.903,58	3.417.930,59	Obrigações fiscais
Despesas Antecipadas	2.2 (c) 6.550,21	8.512,81	Outras obrigações
Total do Ativo Circulante	29.956.849,22	30.796.739,87	Total do Passivo Circulante
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	2.2 (c) 1.460.389,10	1.085.763,51	Provisões para contingências
Imobilizado + Intangível			Total do Passivo Não Circulante
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (e) / 7 61.275.895,89	60.240.710,07	2.2 (g) 7.241.437,21
(-) Depreciação Acumulada	2.2 (e) / 7 (38.828.175,54)	(36.064.307,06)	Total do Passivo + Não Circulante
Intangível - Gestão Pública	2.2 (e) / 7 1.087.564,34	1.010.832,30	2.2 (g) 21.822.502,58
(-) Amortização Acumulada	2.2 (e) / 7 (775.931,70)	(671.639,60)	Total do Patrimônio Líquido
Imob. andamento - G. Públ.	2.2 (e) / 7 -	272.525,00	2.2 (g) 2.147.518,19
			Total do Patrimônio Líquido
Total do Ativo Não Circulante	24.219.742,09	25.873.884,22	19.674.984,39
Total do Ativo	54.176.591,31	56.670.624,09	54.176.591,31

Demonstrativo de Mutações em Patrimônio Social (em R\$ 1,00)			
Descrição	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2017	7.783.411,35	5.752.982,55	13.536.393,90
Incorporação do resultado anterior	5.752.982,55	(5.752.982,55)	-
Transf. / Comodato	(13.032,07)	-	(13.032,07)
Ajuste exer. anterior	7.812.144,99	-	7.812.144,99
Superávit Exercício	-	486.995,76	486.995,76
Saldos em 31/12/2018	21.335.506,82	486.995,76	21.822.502,58
Incorporação do resultado anterior	486.995,76	(486.995,76)	-
Déficit do Exercício	-	(2.147.518,19)	(2.147.518,19)
Saldos em 31/12/2019	21.822.502,58	(2.147.518,19)	19.674.984,39

Notas Explicativas para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz), mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA (filial), é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo nº 23.065/38, em 02 de novembro de 1938. A Sociedade Beneficente São Camilo tem as seguintes finalidades: I. Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor. II. Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, facultades e outros cursos e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde. III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias; IV. Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais. O Hospital Regional do Vale do Paraíba mantém o convênio nº 001.0500.000036/2015 iniciado em 01/07/2015 e aditivos de retificação entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo. Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com mais de 500 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, requeridas para o período findo em 31 de dezembro de 2019, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada devido não haver resultados nestas características. **BASE DE PREPARAÇÃO A) Declaração de conformidade** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. A elaboração das demonstrações financeiras foi concluída pela administração em 31 de janeiro de 2020. **B) Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **C) Uso de estimativas e julgamentos** A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação da provisão para devedores duvidosos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **D) Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas inicialmente com base no custo histórico. **2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS A) Caixa e Equivalentes de Caixa** Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **B) Estoques** Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem os materiais na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.). **C) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **D) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos** A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações financeiras de 2019 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **E) Imobilizado** Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado por bem. A Administração analisou as taxas de depreciação em uso e entendeu que elas estão apropriadas, em relação aos níveis de utilização dos ativos. Ressalte-se que todos os bens móveis e imóveis adquiridos ou através de doações com verbas de custeio e investimentos, pertencem ao poder público "Governo do Estado de São Paulo".

F) Apuração do resultado do exercício As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. **G) Patrimônio Líquido** O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. **H) Imposto de Renda e Contribuição Social** O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada nos artigos 150, inciso VI, letra "C" e 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)
Caixa geral - Rec. Próprio	2.021,60	2.000,00
Contas correntes - Rec. Próprio	62,40	89,84
Aplicações financeiras - Recurso Público	3.877.359,46	3.490.236,44
Aplicações financeiras - Recurso Próprio	4.558.132,38	7.617.535,97
	8.437.575,84	11.109.862,25

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados pelo Fundo de Investimento de Renda Fixa Curto Prazo Automático do Banco do Brasil, que apresentam carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais prefixados ou pós fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os títulos componentes da carteira deverão ter prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e o prazo médio da carteira deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIOS

Ativo Circulante	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$
Créditos com Pacientes Particulares	1.453.813,95	953.632,84
Créditos com Pacientes Convênios	14.464.216,79	10.889.531,18
Créditos de Pacientes do SUS	5.594.100,86	6.419.316,43
(-) Perdas Est. em Créditos de Liq. Duvidosa	(3.644.381,53)	(2.755.728,01)
	17.867.750,07	15.506.752,44

5. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Circulante	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$
Créditos de Funcionários	71.481,27	174.712,83
Empréstimos de Mat/Medic.	1.246,76	146.766,82
Outros Créditos	153.341,49	432.202,13
	226.069,52	753.681,78

6. ESTOQUES

Estoque - Circulante	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$
Drogas e Medicamentos	1.376.789,96	1.478.771,80
Materiais de uso paciente	1.300.454,99	1.218.856,28
Gêneros Alimentícios	20.835,34	32.248,90
Produtos de Limpeza	73.605,53	49.869,35
Impressos Mat. de Expediente	34.597,14	18.598,08
Materiais de Laboratório	98.842,99	103.838,62
Materiais Especiais	246.307,10	232.871,31
Outros Materiais	267.470,53	282.876,25
	3.418.903,58	3.417.930,59

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - GESTÃO PÚBLICA

Imobilizado Gestão Pública	31/12/2019	31/12/2018	Taxa de Depr.
Benf. Imóveis de 3ºs.	29.682.099,89	29.285.699,89	4%
Móveis e Máquinas Apar./Instrum.	14.338.003,43	14.170.759,26	10%
Medicina/Cirurgia Equip. Proc. Dados	13.428.438,69	13.096.863,41	20%
Equip. de laboratório	1.800.947,68	1.774.361,37	20%
Instalações	146.411,60	145.835,01	20%
Biblioteca	1.227.885,42	1.233.791,72	10%
Outros Imobilizados	27.451,38	27.029,98	10%
Veículos	543.757,80	425.469,43	10%
	80.900,00	80.900,00	20%
Total	61.275.895,89	60.240.710,07	
(-) Depreciação acumulada	(38.828.175,54)	(36.064.307,06)	
(=) Imobilizado líquido	22.447.720,35	24.176.403,01	

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)
Receitas - Saúde		
Receitas Operacionais		
Receitas - Convênios/Particulares	14 73.491.621,08	66.187.859,20
(-) Glosas - Convênios/Particulares	14 (125.680,71)	(614.981,88)
Receitas - SUS	14 71.519.760,01	68.595.218,77
(-) Glosas - SUS	14 (10.801.636,31)	(9.382.917,65)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde	14 65.968.200,00	65.640.000,00
Gratuidades		
Custo Gratuidades Concedidas	14 67.095.802,13	52.225.766,66
(-) Isenção Gratuidades Concedidas	14 (67.095.802,13)	(52.225.766,66)
(=) Receita Operacional Líquida	200.052.264,07	190.425.178,44
Custos - Saúde		
(-) Custo dos Serviços Prestados	(185.780.576,29)	(173.579.092,83)
(-) Isenção das Contribuições Previdenciárias/Sociais		
Custo Contribuições Previdenciárias	14 14.944.800,67	13.783.497,24
(-) Isenção das Cont. Previdenciárias	14 (14.944.800,67)	(13.783.497,24)
Custo COFINS	14 8.200.953,18	7.803.155,49
(-) Isenção COFINS	14 (8.200.953,18)	(7.803.155,49)
Custo CSLL	0,00	43.829,62
(-) Isenção CSLL	0,00	(43.829,62)
(=) Superávit Bruto	14.271.687,78	16.846.085,61
(+/-) Despesas Administrativas		
Custos com Pessoal	(16.188.208,06)	(16.089.580,31)
Serviços de Terceiros	(606.834,21)	(356.303,95)
Materiais Médicos Reembolsáveis	(244.393,81)	(240.269,09)
Impostos, Taxas e Contribuições Gerais	(17.842,42)	(117.949,98)
	(1.460.278,28)	(1.137.147,86)
(=) Sub-Total	(4.245.869,00)	(1.095.165,58)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais		
Receitas com Doações	14 2.592.538,95	3.383.766,69
Receitas Diversas	14 1.964.469,50	589.259,54
Despesas Diversas	(2.797.235,43)	(2.975.498,54)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas	(2.486.095,98)	(97.637,89)
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		
Receitas Financeiras	14 414.557,00	680.682,67
Despesas Financeiras	(75.979,21)	(96.049,02)
(=) Sub-Total	338.577,79	584.633,65
(=) Superávit do Exercício	(2.147.518,19)	486.995,76

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)
Resultado do Exercício	(2.147.518,19)	486.995,76
Ajustes:		
Ajustes do Exercícios Anteriores	-	7.812.144,99
Depreciação	2.868.160,58	3.419.587,20
(=) Total	720.642,39	11.718.727,95
Redução / (Aumento) Contas a Receber / Outros créditos	(1.833.385,37)	1.418.844,20
Redução / (Aumento) Estoques	(972,99)	(823.116,94)
Redução / (Aumento) Despesas antecipadas	1.962,60	(442,39)
Redução / (Aumento) Realizável não circulante	(374.625,59)	(161.106,26)
(Redução) / Aumento de fornecedores	348.345,89	(141.674,74)
(Redução) / Aumento de Obrigações trabalhistas	446.204,66	248.357,45
(Redução) / Aumento de obrigações sociais	49.063,62	15.345,93
(Redução) / Aumento de obrigações tributárias	136.352,31	53.192,81
(Redução) / Aumento de outras obrigações	(197.476,53)	111.504,43
(Redução) / Aumento de exigível não circulante	(1.129.004,54)	(7.812.144,99)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(1.832.893,55)	4.614.455,38
Atividades de investimentos		
(Aquisição) / Baixa do ativo imobilizado	(762.660,82)	(1.993.752,98)
(Aquisição) / Baixa do ativo intangível	(76.732,04)	(235.460,58)
Caixa Líquido das atividades de investimentos	(839.392,86)	(2.229.213,56)
Atividades de financiamentos		
Transferências	-	(13.032,07)
Caixa líquido nas atividades de financiamentos	-	(13.032,07)
Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa	(2.672.286,41)	2.385.241,82
Caixa e equiv. de caixa no início do período	11.109.862,25	8.724.620,43
Caixa e equiv. de caixa no final do período	8.437.575,84	11.109.862,25
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(2.672.286,41)	2.385.241,82

Intangível - Gestão Pública	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$	Taxa Depreciação Anual
Software (-) Amortização acumulada	1.087.564,34 (775.931,70)	1.010.832,30 (671.639,60)	20%
(=) Intangível - líquido	311.632,64	339.192,70	

Imobilizações em Andamento - Gestão Pública	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$	Taxa Depreciação Anual
Imobilizações em Andamento	-	272.525,00	0%
	-	272.525,00	



Sociedade Beneficente São Camilo (Hospital Regional do Vale do Paraíba)

CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

8. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$
Fornec. de Mate Medicamentos	3.344.373,71	3.713.292,59
Fornec. de Serviços Médicos	83.270,38	28.580,41
Fornec. de Serviços Diversos	268.086,86	225.512,09
Fornec. de Imobilizado	147.798,48	473.244,70
Fornec. de Mat. Consignados	4.201.396,37	3.329.662,48
Fornec. de Mat. Diversos	1.049.860,35	976.147,99
Fornecedores	9.094.786,15	8.746.440,26

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Obrigações	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$
Ordenados a Pagar	3.179.036,55	2.949.010,52
Provisão de Férias e Encargos	5.459.115,63	5.242.937,00
Obrigações Trabalhistas	8.638.152,18	8.191.947,52

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$
FGTS a Recolher	503.394,41	454.618,12
INSS a Recolher	374.474,73	302.052,93
INSS a Recolher de Terceiros	20.775,49	19.766,22
PIS a Recolher	-	73.351,52
Outras Obrigações Sociais	553,62	345,84
Obrigações Sociais	899.198,25	850.134,63

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Obrigações	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$
IRRF a Recolher	497.781,77	376.271,42
IRRF a Recolher de Terceiros	64.918,31	62.844,75
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	209.760,86	201.655,31
ISS na Fonte a Recolher	89.641,67	84.978,82
Obrigações Fiscais	862.102,61	725.750,30

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	31/12/2019 R\$	31/12/2018 R\$
Honorários Médicos a Pagar	6.359.872,85	6.317.671,44
Contas a Pagar	1.265.483,45	1.296.304,29
Empréstimos a Repassar	99.534,94	125.174,20
Outras Obrigações	39.506,91	28.077,78
Empréstimos de Materiais	1.532,37	196.179,34
Outras Obrigações Circulante	7.765.930,52	7.963.407,05

16. RECEITAS OPERACIONAIS 2019 (RECEITAS ALHEIAS)

ANO 2019	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			TOTAL
	MESES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	
DEMAIS RECEITAS	5.265.299,69	5.213.329,93	7.039.216,46	5.899.888,47	7.010.721,69	6.562.006,21	6.611.283,88	6.262.167,64	6.485.859,77	7.264.825,93	6.006.580,54	6.337.299,11	75.958.479,32
Particulares	52.395,06	76.644,39	33.591,84	109.253,92	238.710,10	100.410,63	107.635,82	167.042,74	109.644,75	107.646,42	86.743,28	248.205,41	1.437.924,36
Convênios Privados (-) Glosas	4.978.169,61	4.942.136,24	6.818.431,61	5.646.332,56	6.448.052,78	6.393.275,64	6.267.996,05	5.835.614,74	6.085.059,44	6.894.939,70	5.577.932,67	6.040.074,97	71.928.016,01
Doações Mat. Med. Imob.	234.735,02	194.549,30	187.193,01	144.301,99	323.958,81	68.319,94	235.652,01	259.510,16	291.155,58	262.239,81	341.904,59	49.018,73	2.592.538,95
RECEITAS DIVERSAS	45.700,13	55.340,53	80.054,53	64.139,11	79.768,37	44.379,29	57.157,71	50.705,27	62.017,68	63.067,75	64.686,36	1.297.452,77	1.964.469,50
Ganhos de Capital	-	3,75	-	-	-	-	-	-	1.830,04	11.638,89	5.997,16	57.332,52	76.802,36
Recuperações Diversas	21.182,16	19.464,21	18.223,62	18.851,53	19.830,18	19.229,58	20.741,44	15.781,42	24.075,94	23.436,06	26.575,79	1.238.292,91	1.465.684,84
Outras Receitas Diversas	8.875,87	20.093,93	13.051,71	24.550,45	44.938,19	9.881,00	21.416,27	19.923,85	19.527,70	12.992,80	17.113,41	(14.193,56)	198.171,62
Glosas Recuperadas	642,10	778,64	33.779,20	5.737,13	-	268,71	-	-	1.584,00	-	-	1.020,90	43.810,68
Convênio com UNITAU	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	37.184,66	31.019,99	31.233,81	43.544,08	37.933,59	34.859,01	38.133,63	34.965,43	39.483,29	39.110,45	25.959,90	21.129,16	414.557,00
Rend. s/ Aplic. Financeiras	21.508,38	20.962,79	22.044,10	25.944,13	28.257,17	26.058,40	32.415,05	26.722,13	26.108,16	29.564,92	20.944,54	14.275,19	294.804,96
Juros e Correções Mon.	-	-	-	-	2,85	-	-	357,13	-	2.098,92	89,20	1,47	2.549,57
Descontos Obtidos	15.676,28	10.057,20	9.189,71	17.599,95	9.673,57	8.800,61	5.718,58	7.886,17	13.375,13	7.446,61	4.926,16	6.852,50	117.202,47
TOTAL POR MÊS	5.348.184,48	5.299.690,45	7.150.504,80	6.007.571,66	7.128.423,65	6.641.244,51	6.706.575,22	6.347.838,34	6.587.360,74	7.367.004,13	6.097.226,80	7.655.881,04	78.337.505,82
TOTAL POR TRIMESTRE			17.798.379,73			19.777.239,82			19.641.774,30			21.120.111,97	

Márcio do Espírito Santo - Diretor Administrativo

Nilton Cesar dos Santos - Diretor Financeiro

Irene Rodrigues Damasceno de Oliveira - CRC CT 1SP 182612/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Conselheiros da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA - Taubaté - SP - OPINIÃO Examinamos as demonstrações financeiras da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO referente ao convênio para administração do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO referente ao convênio para administração do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos. **BASE PARA OPINIÃO** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde - CEBAS, mas o processo de renovação do CEBAS está em curso no Ministério da Saúde, com nº 25000.178642/2015-39 e nº 25000.108350/2019-62. As demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste exigido caso não seja renovado referido certificado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto. **OUTROS ASSUNTOS** As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, apresentadas comparativamente, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião em 01 de fevereiro de 2019, sem modificação. **Leitura das demonstrações financeiras** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o HOSPITAL

REGIONAL DO VALE PARAÍBA não possui personalidade jurídica própria, visto que a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO é a responsável pela operacionalização, administração e execução das atividades e dos serviços de saúde da entidade, estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente São Camilo. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e do contrato de gestão continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. * Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. São Paulo, 31 de janeiro de 2020. **MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES CRC 2SP033482/O-3 VAGNER ALVES LIRA CT CRC Nº SP222941/O-8**

Demonstrativo das Receitas na Área da Saúde		
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receitas do Contrato de Convênio	65.968.200,00	65.640.000,00
Receitas do SUS	71.519.760,01	68.595.218,77
Receitas Convênios / Particulares	73.491.621,08	66.187.859,20
(-) Glosas - SUS / Convênios	(10.927.317,02)	(9.997.899,53)
Doações	2.592.538,95	3.383.766,69
Receitas Financeiras	414.557,00	680.682,67
Outras Receitas Operacionais	1.964.469,50	589.259,54
Total	205.023.829,52	195.078.887,34
Gratuidades em Serviços de Saúde	67.095.802,13	52.225.766,66

13. PROCESSOS TRABALHISTAS E JUDICIAIS

O Hospital efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão de acordo com os critérios determinados pela administração, incluindo bases históricas. Em 2019, a entidade realizou a baixa de R\$ 1.129.004,54, com a revisão do prognóstico de perda pelos responsáveis jurídicos no montante de R\$ 7.241.437,21.

Para fins e divulgação, os riscos de perda provável e possível correspondem a:

Parecer Jurídico - Processos Judiciais	
Risco de Perda	R\$
Risco Possível	18.490.098,76
Risco Provável	5.584.902,99

14. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

O Hospital mantém controles que demonstram no exercício de 2019 o cumprimento do percentual de 78,08% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE).

SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA SISTEMA AIIH/CIH - 2019				
MÊS	AIIH - SUS E GRATUITOS	CIH	TOTAL MENSAL	%SUS
Janeiro	4.769	1.219	5.988	79,64%
Fevereiro	5.153	1.448	6.601	78,06%
Março	5.029	1.702	6.731	74,71%
Abril	5.055	1.558	6.613	76,44%
Maio	5.829	1.517	7.346	79,35%
Junho	4.986	1.402	6.388	78,05%
Julho	5.063	1.332	6.395	79,17%
Agosto	5.019	1.212	6.231	80,55%
Setembro	4.406	1.520	5.926	74,35%
Outubro	6.038	1.498	7.536	80,12%
Novembro	4.684	1.342	6.026	77,73%
Dezembro	4.547	1.253	5.800	78,40%
Total Geral	60.578	17.003	77.581	78,08%

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

Gratuidades: representa o total de recursos aplicado no ano no atendimento à população em geral. A apuração do montante contabilizado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS - Sistema Único de Saúde. Durante o ano de 2019 o montante foi de R\$ 67.095.802,13 (em 2018 foi de R\$ 52.225.766,66).

Isonções das Contribuições Previdenciárias/Sociais: representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas, conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, Decretos nº 7.237/2010 de 20/07/2010 e nº 7.300/2010 de 14/09/2010, estando assim compostas:

Isonções Usufruidas	31/12/2019	31/12/2018
INSS - Quota Patronal	14.944.800,67	13.783.497,24
COFINS	8.200.953,18	7.803.155,49
CSLL	0,00	43.829,62
Total	23.145.753,85	21.630.482,35

15. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

A Entidade é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde - CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 622, de 05 de julho de 2012. O Processo de renovação nº 25000.178642/2015-39 do certificado da entidade encontra-se em análise no Ministério da Saúde, órgão responsável pela análise e a decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam serviços na área da saúde, considerando a competência conferida ao Ministério da Saúde pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Bem como, foi protocolado em 01 de julho de 2019, tempestivamente, o processo de renovação nº 25000.108350/2019-62, também sob análise.

16. RECEITAS OPERACIONAIS

O Hospital Regional do Vale do Paraíba demonstra e apresenta para a Secretaria de Estado da Saúde o Relatório trimestral sobre a posição contabilizada das receitas procedentes de serviços alheios ao presente instrumento.

17. APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

18. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

19. COMPROMISSOS

No encerramento do período de 2019 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.